



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Instituto Estadual de Florestas
URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Ituiutaba

Parecer nº 146/IEF/NAR ITUIUTABA/2025

PROCESSO Nº 2100.01.0022950/2025-83

PARECER ÚNICO				
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Nome: Diego Cabrera Hernandez			CPF/CNPJ: 271.562.708-42	
Endereço: Rua Escócia, nº 50			Bairro: Condomínio Debora Cristina	
Município: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO		UF: SP	CEP: 15.930-090	
Telefone: (34) 3336-7323		E-mail: dayane@ambientalsafr.com.br		
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?				
(X) Sim, ir para item 3 () Não, ir para item 2				
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL				
Nome:			CPF/CNPJ:	
Endereço:			Bairro:	
Município:		UF:	CEP:	
Telefone:		E-mail:		
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL				
Denominação: Quatro Irmãos			Área Total (ha): 799,9250	
Registro nº 21.467			Município/UF: Santa Vitória/MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3159803-0A12.3AC8.70FF.48F5.B835.D1B9.53A9.617D				
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA				
Tipo de Intervenção		Quantidade	Unidade	
CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS		76	UNIDADES	
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS	76	UNIDADES	539333	7913064
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
Uso a ser dado a área	Especificação		Área (ha)	
AGRICULTURA	PLANTIO DE CULTURAS ANUAIS		491,1085	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)	
MATA ATLÂNTICA (2006)	OUTROS	CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS	491,1085	
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	
MATERIAL LENHOSO	LENHA	78,96	M³	
MADEIRA	SUCUPIRA BRANCA	0,00	M³	
MADEIRA	BRANCA	33,38	M³	
MADEIRA	AROEIRA	9,91	M³	

7876240

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 05/08/2025

Data da vistoria: 07/08/2025

Data de solicitação de informações complementares: [se for o caso]

Data do recebimento de informações complementares: [se for o caso]

Data de emissão do parecer técnico: 11/08/2025

2. OBJETIVO

TRATA-SE DO CORTE DE 76 ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREAS COMUNS. O OBJETIVO DESSA INTERVENÇÃO É A MELHORIA DA MECANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DA ÁREA. A ÁREA DE INTERVENÇÃO É DE 491,1085HA.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

FAZENDA QUATRO IRMÃOS , LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTA VOTÓRIA-MG, COM ÁREA TOTAL DE 799,9250HA, EQUIVALENTE A 26,66 MÓDULOS FISCAIS.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3159803-0A12.3AC8.70FF.48F5.B835.D1B9.53A9.617D

- Área total: 799,2114ha [área total indicada no CAR]

- Área de reserva legal: 159,8388ha [área de RL indicada no CAR]

- Área de preservação permanente: 50,1144ha [área de APP indicada no CAR]

- Área de uso antrópico consolidado: 623,7798ha [área de APP indicada no CAR]

- Qual a situação da área de reserva legal: [Informar a área da opção assinalada, podendo ser informada mais de uma opção]

(X) A área está preservada: 5,2923ha

(X) A área está em recuperação: 153,8454ha

() A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento: AV-01-21.467 DO CRI DE SANTA VITÓRIA

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 12

- Parecer sobre o CAR:

"Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado não estão correta quanto a área de APP e ainda que não foi efetuado os plantios nas áreas de Reserva Legal conforme termo de compromisso nº.06020000689/08.

4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A PROPRIEDADE POSSUI 799,9259HA, OS QUAIS ESTÃO SENDO REQUERIDOS O CORTE DE 76 ÁRVORES ISOLADAS EM 491,1085HA EM ÁREA DE AGRICULTURA.

TRATA-SE DE ÁRVORES NATIVAS DO CERRADO BRASILEIRO.

O rendimento lenhoso decorrente dessa supressão é de 78,96m³ de lenha e 33,38m³ de madeira, os quais serão comercializados, utilizados no imóvel e incorporados ao solo.

Taxa de Expediente: 3.407,10reais DAE 1401359152172 que foi paga em 30/06/2025

Taxa florestal: referente a lenha é 611,42reais DAE 2901359151522 que foi paga em 30/06/2025

Taxa florestal referente a madeira é 2.238,74 reais DAE 2901359152022 que foi paga em 30/06/2025

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

[Neste tópico, o gestor do processo deverá discorrer sobre eventuais restrições ambientais existentes na área de intervenção solicitada (conforme IDE-SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>) entre outras características que entender pertinentes, por exemplo:]

- Vulnerabilidade natural: Muito baixa à baixa

- Prioridade para conservação da flora: Baixa

- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: não existe

- Unidade de conservação: não encontra-se em unidade de conservação

- Áreas indígenas ou quilombolas: não existe

- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

[Neste item, o gestor do processo deverá caracterizar o porte do empreendimento, ratificando ou não o enquadramento informado no requerimento, conforme resultado gerado no simulador de enquadramento da Deliberação Normativa do Conselho de Política Ambiental – Copam – nº 217, de 06 de dezembro de 2017, ressaltando as considerações necessárias para empreendimentos já instalados.]

- Atividades desenvolvidas: Agricultura

- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura
- Classe do empreendimento: 2
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: LAS/cadastro
- Número do documento: 1491/2021

5.3 Vistoria realizada:

Vistoria realizada em 07/08/2025. Trata-se do corte de arvores isoladas em áreas comuns. Essa propriedade é desenvolvido a atividade de agricultura.

5.3.1 Características físicas:

- Topografia: plana
- Solo: latossolo vermelho distrófico
- Hidrografia: A propriedade é banhada pelo Rio Arantes, Córrego da Macaúba e duas nascentes sem denominação. A bacia hidrográfica federal é o Rio Paranaíba e a micro bacia é o Rio Arantes.

5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Imóvel localizado dentro do bioma Mata Atlântica(2006) . A área de intervenção ambiental já é utilizada encontra-se em agricultura. Não haverá conversão do uso do solo. De acordo com as informações apresentadas no processo, foram encontradas 76 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 491,1085ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar. Dentre as 76 árvores identificadas, existe 03 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988 a qual deverá ser compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 5 para ipê amarelo e 14 pequi (*Caryocar brasilienses*) espécie protegida pela Lei 10.883/1992 sendo que 07 serão compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 10 por pequi e 07 será efetuado o pagamento conforme prevê o art 2º III §2º b da lei 20.308/12.
- Fauna: de acordo com as informações apresentadas no processo, as espécies de animais de ocorrência comum na região são: Tatu (*Tolypentis tricinctus*), Tamanduá (*Myrmecophaga tridactyla*), Quati (*Nasua nasua*), Seriema (*Cariama cristata*), Codornas (*Alectoris chukar*), Tucano (*Ramphastidae*), Teiú (*Tupinambis teguixim*), além de outras espécies de mamíferos, répteis e anfíbios.

6. Análise técnica

O empreendedor solicita a autorização para o corte de 76 árvores isoladas nativas vivas em uma área de 491,1085ha com o objetivo de facilitar a mecanização do solo para desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar. As árvores estão localizadas em área comum (agricultura). A área de intervenção ambiental está inserida no bioma Mata Atlântica(2006). O material lenhoso estimado é de 78,96m³ de lenha e 43,29m³ de madeira que terão como finalidade de comercialização *in natura*, uso interno na propriedade e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*. Dentre as 76 árvores identificadas, há 03 ipê amarelo (*Tabebuia sp*), espécie protegida pela Lei 9.743/1988 e 14 pequi (*Caryocar brasilienses*) espécie protegida pela Lei 10.883/1992 sendo que 07 serão compensada com plantio de mudas nativas na proporção de 1 para 10 por pequi e 07 será efetuado o pagamento conforme prevê o art 2º III §2º b da lei 20.308/12..

A Lei 9.743 de 1988 dispõe sobre os casos passíveis de autorização conforme abaixo:

Art. 2º A supressão do ipê amarelo só será admitida nos seguintes casos:

1. quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;
2. em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;
3. em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A supressão dos ipê amarelo exige a compensação entre 1 e 5 mudas para cada indivíduo suprimido conforme preceitua o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 9.743 de 1988. Sendo assim, o PTRF propõe o plantio de 15 mudas, parâmetro máximo possível.

Art. 2º - A supressão do pequizeiro só será admitida nos seguintes casos:

I – quando necessária à execução de obra, plano, atividade ou projeto de utilidade pública ou de interesse social, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente;

II – em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente;

III – em área rural antropizada até 22 de julho de 2008 ou em pousio, quando a manutenção de espécime no local dificultar a implantação de projeto agrossilvipastoril, mediante autorização do órgão ambiental estadual competente.

A supressão dos pequi exige a compensação entre 5 a 10 mudas para cada indivíduo suprimido conforme preceitua o parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 10.883 de 1992. Sendo assim, o PTRF propõe o plantio de 70 mudas, parâmetro máximo possível.

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Impactos:

1. Diminuição da biodiversidade da flora;
2. Diminuição da presença da avifauna por ausência de abrigo e alimento;
3. Perda de solo por processo erosivo.

Medidas mitigadoras:

1. Fazer os trabalhos de conservação de solo
2. Fazer aceiro no entorno da reserva e APP para evitar queimada
3. Evitar o uso de fogo na propriedade

7. Controle processual

Fica dispensado, a critério do supervisor, o controle processual para os seguintes processos de intervenção ambiental:

- Todos os processos de corte de árvores isoladas;
- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP;
- Aproveitamento de material lenhoso.

8. Conclusão

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opino pelo DEFERIMENTO INTEGRAL do requerimento do corte de 76 indivíduos arbóreos isolados vivos em uma área de 491,1085ha, localizada na FAZENDA QUATRO IRMÃOS, matrícula 21.467 do CRI de Santa Vitória sendo o material lenhoso estimado em 78,96m³ de lenha e 43,292m³ de madeira que terão como finalidade a comercialização *in natura*, uso interno na propriedade e incorporação ao solo dos produtos florestais *in natura*.

9. Medidas compensatórias

DEVERÁ CONSERVAR AS PRATICAS CONSERVACIONISTAS DO SOLO.

"Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 15 mudas de ipê amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988 e 70 mudas de pequi, como medida compensatória nos termos do parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 10.883 de 1992. PTRF será executado na Fazenda Beira Rio, matrículas 35.536 do CRI de Limeira D'Oeste, em uma área de 0,052ha, nas coordenadas UTM de referência 531334(X) , 7875091(Y); 531345(X) , 7875069(Y) (22K, Sirgas 2000) ”

9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

NÃO EXISTE

10. REPOSIÇÃO FLORESTAL

[Em caso de deferimento, informar o valor de recolhimento ou outra opção de cumprimento da Reposição Florestal quando aplicável.]

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal, O VALOR DA TAXA É DE 4.056,99 REAIS DAE: 1500597058090

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

11. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	"Executar o PTRF anexado ao processo com plantio de 15 mudas de ipê amarelo, como medida compensatória nos termos da Lei 9.743 de 1988 e 70 mudas de pequi, como medida compensatória nos termos do parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 10.883 de 1992. PTRF será executado na Fazenda Beira Rio, matrículas 35.536 do CRI de Limeira D'Oeste, em uma área de 0,052ha, nas coordenadas UTM de referência 531334(X) , 7875091(Y); 531345(X) , 7875069(Y) (22K, Sirgas 2000) "	Plantio deve ocorrer no primeiro período chuvoso após a emissão do ato autorizativo
2	Apresentar relatórios anuais com anexos fotográficos do desenvolvimento do PTRF pelo período de 5 anos nos termos da Lei 9.743/1988, artigo 2º, § 3º.	5 ANOS
3		
4		
...		

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: JOSÉ MARIA DE CASTRO JÚNIOR
MASP: 1020806-4

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:
MASP:



Documento assinado eletronicamente por José Maria Castro Júnior, Coordenador, em 12/08/2025, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 120204510 e o código CRC 16016ADC.